

41º EXAME DE ORDEM UNIFICADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL



SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a permissão autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Comunique seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos. Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

• Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando.

• Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.

- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença .
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

"Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência"



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2407252460M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ordem dos Advogados do Brasil
OAB

EXAME:

2ª Fase do 41º Exame de Ordem

DISCIPLINA:

Direito Constitucional

MODELO/BANCA:

FGV – OAB

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2023

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2023

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

João é autor de diversas obras no país e utiliza do seu direito exclusivo para publicar e reproduzir sua arte. A popularidade do artista só vem crescendo, fato que permitiu o investimento em novos trabalhos. Por ter uma voz marcante e muito conhecida, João recentemente participou da narração dos jogos da Copa do Mundo, o que gerou grande sucesso e lucro para a emissora que transmitiu as partidas. Com o fim dos jogos, João tentou realizar a fiscalização do aproveitamento econômico obtido pela emissora, porém essa alegou publicamente que a voz humana em atividades desportivas não possui proteção constitucional, fato que impede a fiscalização requerida. João sentiu-se moralmente prejudicado, por isso, decide buscar o auxílio de um advogado para que seus direitos sejam garantidos, apresentando um rol de testemunhas como um dos meios de prova.

QUESTÃO 1

A população de baixa renda tem sofrido com a precariedade do serviço público de assistência jurídica. A Defensoria Pública, função essencial à justiça, vem sendo desvalorizada e recebe pouco investimento, por isso, muitas vezes não consegue suprir as necessidades jurídicas da população economicamente vulnerável. Sendo assim, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei Federal n. 123 com o objetivo de estimular os Municípios a instituírem, por meio de lei própria, a prestação de assistência jurídica à população de baixa renda, desvinculada da Defensoria Pública, porém sem o objetivo de substituir a função da instituição.

- a) O estímulo previsto na Lei Federal n. 123 é materialmente constitucional? Justifique.
- b) O estímulo previsto na Lei Federal n. 123 é formalmente constitucional? Justifique.

QUESTÃO 2

Maria, estrangeira, veio residir na República Federativa do Brasil quando completou 18 anos, em busca de melhores oportunidades de vida. Após 16 anos de residência ininterrupta no Brasil e com uma reputação ilibada, sem qualquer problema com a Justiça brasileira, inclusive em âmbito penal, requereu junto ao Ministro da Justiça e Segurança Pública a nacionalidade brasileira. A autoridade pública negou por escrito o pedido relativo a naturalização extraordinária, alegando que a decisão estava adstrita a sua discricionariedade, além disso Maria não teria cumprido todos os requisitos para a concessão da naturalização brasileira, pois não era originária de país de língua portuguesa.

- a) Os argumentos da autoridade pública são constitucionais? Justifique.
- b) Maria poderia apresentar alguma medida judicial para ver seu requerimento atendido? Justifique.

QUESTÃO 3

Maria sempre foi amante da literatura, por isso, cursou a faculdade de letras e tornou-se uma renomada professora da língua portuguesa. Com o passar do tempo decidiu realizar um dos seus maiores sonhos, trabalhar com a importação e comercialização, no mercado interno, de livros eletrônicos (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los. Porém, Maria enfrenta grandes obstáculos para começar os seus trabalhos nesse novo ramo, o principal empecilho é a compreensão das normas tributárias vinculadas à atividade almejada.

- a) A imunidade tributária alcança a atividade almejada por Maria?
- b) A imunidade tributária seria aplicada caso Maria optasse por trabalhar com a comercialização de livros físicos e periódicos? Explique.

QUESTÃO 4

Joana é servidora ocupante de cargo público na Autarquia Federal X e está grávida do seu primeiro filho. Devido ao período gestacional avançado vem realizando seu trabalho com maiores dificuldades, o que não é visto com bons olhos pelo chefe da Repartição Pública. Joana trabalhou até o último momento antes do parto, com o nascimento do bebê soube que teria direito a 60 (sessenta) dias de licença com prejuízo do salário, pois, segundo a autoridade competente, a Autarquia não tem o dever de arcar com os danos econômicos de uma gestação.

- a) A autoridade compete tem razão constitucional? Justifique.
- b) O pai do filho de Joana tem direito à licença-paternidade? Justifique.